

ATA N.º 4/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2021:

Aos dezassete dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, e por videoconferência, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente e Segundo Secretário da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), José António Bombas Amador (CDU), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de junho, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

2.º - Período de intervenção do público, por videoconferência (através de marcação prévia, com 48 horas de antecedência, para 262 780 100 (Ext. 304) ou marina.viola@cm-peniche.pt).

3.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2020;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, relativos à gerência de 2020;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas consolidadas relativas ao ano de 2020;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano

de 2021 (modificação 10);

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche para o ano de 2021;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para pagamento do suplemento de penosidade e insalubridade (artigo 24 da LOE/2021, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020, de 30 de dezembro);

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para a Freguesia de Peniche;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aprovação do protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e o Grupo Desportivo de Peniche, para apoio financeiro na colocação de relvado sintético, bancadas, iluminação e contentor WC.

4.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e cinco minutos, encontrando-se na sala vinte dezanove dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD) e Henrique André da Silva Estrelinha (PS) compareceram no decurso da sessão, no decurso da sessão, durante a apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação protesto ou pesar, e passaram de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU) encontravam-se a substituir os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), António Bernardino Aires Ferrão (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD) e Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento de que o expediente recebido, desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, foi enviado para os líderes de Bancada. Referiu que recebeu um convite do senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche para estar presente nas comemorações do aniversário da Associação, no próximo domingo, dia 20 de junho de 2021, que rejeitou.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Carlos Policarpo (GCEPP):

Apresentou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, o voto de pesar que a seguir se transcreve:

«Voto de Pesar pelo falecimento do antigo Comandante e Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, Jacinto Pedrosa.

Reconhecido e distinguindo pelos relevantes serviços prestados aos Bombeiros, o Comandante Jacinto Pedrosa também se destacou pela sua dedicação, dando sempre o seu melhor no cumprimento das suas missões.

Manifestamos o nosso reconhecimento e agradecimento ao Comandante Jacinto Pedrosa, que ficará para a história dos Bombeiros Voluntários de Peniche e apresentamos as nossas sentidas condolências a toda a família e amigos.»

Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

«Efetivamente, o Comandante Pedrosa fez parte das nossas vidas durante muito tempo, todos os munícipes de Peniche lhe devem muito, no sentido em que soube ser sempre uma pessoa reta e uma pessoa dedicada a todos e as funções que sempre desempenhou nos Bombeiros também nos deixam muito comovidos e muito agradecidos e, portanto, não poderia deixar, neste momento, em representação do Partido Social Democrata e, também, pessoalmente, de sublinhar este pesar por ele ter partido. De qualquer forma, foi uma vida cheia e isso para nós é muito relevante.»

José Amador (CDU):

Disse que a Coligação Democrática Unitária se associava ao voto de pesar e endereçaram as condolências ao Partido Socialista e à família, e não gostariam que passasse em claro que este homem foi impedido de concorrer, também, à Câmara Municipal por pertencer à Ação Nacional Popular.

De qualquer forma, foi um homem exemplar como Comandante dos Bombeiros, teve uma postura digna, depois do 25 de Abril, e não poderiam deixar de chamar à atenção para este pormenor da vida deste cidadão.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei associou-se ao voto de pesar endereçado. Disse que teve a oportunidade, em muitas fases, de trabalhar com o Comandante Pedrosa que foi sempre muito correto e, ultimamente, teve

a oportunidade de acompanhar a fase final da sua vida, porque ele viveu na Serra d'El-Rei.

Ângelo Marques (PS):

Disse que o Partido Socialista tinha, também, um voto de pesar para apresentar pelo falecimento do Comandante Jacinto Pedrosa, mas perante o que foi dito, gostaria de referir que partiu um homem cheio de méritos, mas, sobretudo, partiu um homem bom.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Relativamente às moções que ficaram por votar na última sessão da Assembleia Municipal, perguntou se poderiam passar à votação das mesmas.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Sobre a moção pela construção do novo Hospital Central na Região Oeste, todos deram contributos e é consensual.

Relativamente à da EDP, não recebeu contributos, pelo que deveriam discuti-la e votar.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, na sua opinião, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, que raramente faz confusão com alguma coisa, nesta situação estava a fazer, porque o que ficou de ser feito foi pedir-se uma explicação sobre qual seria o seu impacto no concelho de Peniche, não se pediram contributos, até porque o que várias Bancadas disseram foi que não tinham conhecimentos para avaliar aquele assunto.

Sobre a moção pela construção do novo Hospital Central na Região Oeste, poderia ser votada.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que a questão dada como exemplo pelo senhor Deputado Ademar Marques foi relativamente ao ponto 4, em concreto, em relação aos valores ali apresentado, quanto ao resto da moção, aquilo que foi dito na Assembleia Municipal foi que havia a necessidade de pensar e discutir em cada Grupo, porém, ninguém deu qualquer contributo ou propostas. Disse que a Coligação Democrática Unitária não ficou de apresentar uma proposta concreta de informação, relativamente a este assunto.

Deliberação n.º 20/2021: Submetida a votação, foi a moção pela construção do novo Hospital Central na Região Oeste, apresentada pela bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, aprovada por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor.

Deliberação n.º 21/2021: Submetida a votação, foi a moção pela concessão da exploração de redes municipais de distribuição de eletricidade em baixa tensão, apresentada pela bancada da Coligação Democrática Unitária, aprovada por maioria, com oito (8) votos a favor e catorze (14) abstenções.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Apresentou, verbalmente, uma proposta que a seguir se transcreve:

«Divulgação e transmissão em direto e on-line na página do Facebook do Município de Peniche das sessões da Assembleia Municipal de Peniche:

Ex. Mo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Peniche,

Ex. Mos. Srs. Deputados da Assembleia Municipal de Peniche,

Ex. Mos. (as) Srs. (as) Presidentes de Junta de Freguesia,

De acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche para o mandato 2017-2021, aprovado em sessão do dia 23 de fevereiro de 2018, venho por este meio propor que seja votada a proposta de “Divulgação e transmissão em direto e on-line na página do Facebook do Município de Peniche das sessões da Assembleia Municipal de Peniche”.

Com o objetivo de aproximar a autarquia dos cidadãos, de facilitar o acesso dos mesmos às decisões dos autarcas e por forma a fomentar mais transparência entre o poder e o povo, solicito que esta proposta seja colocada à votação e que a mesma, sendo aprovada, tenha efeitos imediatos seja em sessões ordinárias ou extraordinárias.»

Referiu que o senhor Deputado Jorge Gonçalves, há uns anos, propôs a transmissão da Assembleia Municipal e, logicamente, a proposta seria para vigorar no futuro, independentemente do mandato que se aproxima.

Ademar Marques (PSD):

Deu conta que, no passado, antes de existir uma proposta formal, concordava com a questão de que a Assembleia Municipal deveria ser partilhada e transmitida no Facebook, e não percebia a razão de a página, até hoje, ainda não o ter feito e, se foi preciso uma proposta votada para que isso acontecesse, votar-se-ia, mas, na sua opinião, não deveria ter sido preciso. Entedia que era um passo positivo, tal como foi, inicialmente, a transmissão da Assembleia Municipal, como foi a reunião da Camara Municipal, mais recentemente, para aproximar as pessoas dos Órgão Autárquicos, pelo que poderiam contar com o voto a favor.

Inês Lourenço (GCEPP):

Relativamente à proposta, indicou que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche nada tinha a opor, até porque as transmissões já são públicas e esperam que seja, efetivamente, uma forma de aproximação dos cidadãos à Autarquia, que tem algumas dúvidas, mas desde que seja para contribuir para a transparência e para a aproximação das pessoas seria mais um meio.

Deliberação n.º 22/2021: Submetida a votação, foi a proposta sobre a divulgação e transmissão em direto e on-line na página do Facebook do Município de Peniche das sessões da Assembleia Municipal de Peniche, apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, aprovada por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Perguntou se, até ao mês de agosto, iria ser regularizado ou não o pavimento da estrada entre a Serra d'El-Rei - Casais de Mestre Mendo - Ferrel.

Maria João Avelar (PSD):

Fez uns apontamentos sobre as atividades Autárquicas:

«Realmente estamos a aproximarmo-nos do fim do presente mandato e essa circunstância determina a oportunidade e a pertinência de deixar algumas reflexões pessoais sobre o poder autárquico e a interpretação do mesmo.

Na verdade, as lideranças não se afirmam pelo poder inerente aos cargos, mas por meio do caráter de cada líder, e esta interpretação do poder inerente a um cargo é sempre relevante, quer se trate de um cargo numa empresa ou numa instituição privada, quer seja um cargo público.

Se estamos perante uma liderança virtuosa na acessão de Havard, a magnanimidade e a humildade do líder são duas virtudes que permitem que o líder faça aquilo que se espera dele.

Estas duas virtudes dos líderes, no caso do poder autárquico, ditam o sucesso das comunidades onde estão inseridos.

Se a magnanimidade nos faz aspirar ao que é grandioso, desafiando as capacidades de cada um com o sentido de missão, a humildade incentiva a servir os outros e conduz a uma liderança inclusiva.

No poder autárquico esta aspiração ao que é grandioso encaminha-nos para as grandes ideias, grandes objetivos que são aceleradores de mudanças e de tendências tão necessárias para que cada comunidade se afirme.

As comunidades são as pessoas, por isso quando os responsáveis políticos sentem a necessidade de afirmar que as pessoas estão primeiro ou que as políticas se centralizam nas pessoas, isso já demonstra que vão escusar-se a apresentar as grandes ideias e objetivos que devem galvanizar a comunidade, porque as grandes ideias só podem ter as pessoas no centro.

As grandes ideias nascem do conhecimento e do planeamento, sempre no sentido da superação das capacidades de cada um, o ir mias além para cada pessoa, criando condições para as mudanças e estabelecendo tendências de desenvolvimento. Perceber como o território influencia as pessoas e como as pessoas impactam o ambiente, é fazer planeamento e dar-lhe a devida importância.

O arquiteto francês Le Corbusier tem um pequeno livro, uma conversas constantes da arquitetura e nesse livro faz-nos pensar no binómio índice sociável habitação / urbanismo. Percebemos então que as paredes fechadas sobre nós e sobre as nossas coisas, na nossa casa, nos proporcionam um ambiente acolhedor e seguro, necessário à nossa tranquilidade. Percebemos, também, que o ambiente externo deve dar continuidade a estas sensações, diz o arquiteto “a arquitetura abriga os homens, o trabalho, as coisas, as instituições, os pensamentos. Conclui-se que ao construir uma casa estamos a construir a casa comum.

As grandes ideias que galvanizam as comunidades juntam as raízes da memória às asas do sonho, mas o sonho deve ser grandioso e, por definição, deve estar à frente das realidades que conhecemos. Enquanto comunidade as novas vertentes da gestão autárquica são uma oportunidade de afirmação coletiva que não se pode perder. Outras tendências têm de ser exploradas e cuidadas, de forma a que se transformem em desígnios coletivos a prosseguir. Penso expressamente em diversas situações, como a adaptação e mitigação às alterações climáticas, adaptação a novas formas de vida pessoal e profissional, novas tecnologias e transformação digital, inteligência artificial, sustentabilidade ambiental e mobilidade, economia da partilha, segurança sanitária e biológica, elevador social pela educação. Uma autarquia que não esteja a alcançar todas estas vertentes, encontra-se fora do tempo atual e atrasada para cumprir o futuro.

Também a crise pandémica que atravessamos acresce as responsabilidades dos líderes autárquicos. Por um lado, cresce a importância da solidariedade e a responsabilidade de não deixar ninguém para trás, mas nasce também a necessidade de reaprender. Depois de uma crise tamanha não podemos permanecer iguais e inconsequentes, é necessário responder no regresso à normalidade, é necessário alinhar de novo os valores e os objetivos, é necessário reaprender ou dito de outra forma, como disse brilhantemente Dom José Talentino Mendonça, empenharmo-nos na qualificação fraterna da vida em comum, ultrapassando a cultura da indiferença e do descarte.

A crise não nos deve conduzir ao ponto de partida, mas ao ponto para onde queremos e sonhamos ir, ainda tendo como referência Dom José Tolentino Mendonça, e à semelhança do que referiu acerca de Portugal e dos portugueses naquele grande discurso no Dia de Portugal de 2020, cada penichense é uma expressão de Peniche e é chamado a ser responsável pela sua cidade. Neste sentido, cada um sente-se compelido a ser protagonista na modelação criativa da comunidade e do território que desfrutamos. Quanto maiores forem os sonhos, maiores serão os protagonistas e mais influência terão estes nas mudanças que as comunidades enfrentam. Dar raízes ao futuro, faz-se numa viagem pessoal que, no caso dos autarcas, atinge e aglomera ou ao contrário desilude os sonhos coletivos da comunidade. Dar raízes ao futuro é dar aos jovens memórias para construírem o futuro, é por isso que festejamos e assinalamos o 25 de Abril e o Dia do Município com sessões solenes, sessões que não são mais do que contributos para a preservação da memória coletiva para nunca esquecermos que o poder autárquico democrático foi conquistado com sangue, suor e lágrimas e que não pode ser dado como garantido.

Neste dia, deixo o meu agradecimento a todos os penichenses que me permitiram desenvolver ao longo dos anos diversos cargos autárquicos, por diversas vezes, e foi sempre uma enorme honra, a que correspondi com o melhor de mim, seja isto muito ou pouco, é o melhor de mim.

Agradeço ao Partido Social Democrata, nas pessoas da Arquiteta Cristina Leitão, atual líder local do partido e Digníssima Vereadora, e do Dr. Ademar Marques, atual líder de bancada nesta Assembleia, a oportunidade e confiança que me concederam nas diversas eleições.

Agradeço também a todos os colegas autarcas, de todos os tempos, que independentemente da sua filiação partidária me demonstraram consideração e fazem o favor de ser meus amigos. Sempre fui ouvida por muitos e tentei ouvir todos.

Aos funcionários Municipais dirijo também o meu agradecimento pela cordialidade e profissionalismo.

Estou sempre disponível para Peniche e para as suas gentes. Até breve!

Como há sempre umas raízes muito minhas, católicas, e como todos os dias leio a Bíblia, hoje, rezei um Pai Nosso por vós e por toda a gente de Peniche, porque hoje o excerto da Bíblia é o excerto do Pai Nosso.

Sem mais delongas, porque o evangelho de hoje, que é Mateus (6, 7-15), também diz: “quando orardes não useis muitas palavras, o pai sabe do que precisas”. Isto é o mote para me calar e agradecer a todos. Muito obrigada.

Até breve!»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Gostaria de apresentar uma felicitação à Associação de Estudantes da Escola Secundária de Peniche pelo evento que promoveu hoje, acerca dos jovens e da política.

Pretendia fazer um cumprimento democrático ao Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche por se ter formalizado como Grupo Político e por ter uma juventude partidária.

Acerca do Pinhal de Ferrel, relativamente à madeira que foi a hasta pública, em outras sessões o senhor Presidente da Câmara referiu que estava a cumprir o plano. Perguntou que plano era, se o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios ou outro. Indicou que, na última Assembleia Municipal, além de tudo o que se tem falado sobre o Pinhal, que continua em risco e que a gestão não é a melhor, porque não é eficaz, continuam os sobrantes secos amontoados no Pinhal.

Relativamente à lavagem de contentores de Resíduos Sólidos Urbanos, no centro de Ferrel existem contentores que não são lavados há mais de um ano e, em tempo de Covid-19, é necessário haver medidas de higiene, pelo que lamentou esta situação.

Sobre o cemitério de Ferrel, pretendia saber como se encontrava a execução do projeto de alargamento e se já foi solicitada a vistoria à CCDR ou se já existe.

Em relação ao Plano Diretor Municipal, solicitou por escrito, há mais de seis meses, que fosse colocada na página do Município, nos contributos das Juntas de Freguesia, a correspondência em falta trocada entre o Município de Peniche e a Junta de Freguesia de Ferrel, o ofício n.º 221, datado de 17 de setembro de 2018 e um email da Câmara Municipal, da Assistente Técnica, Sara Tomás, datado de 07 de julho de 2020. Ainda sobre esta assunto, uma vez que a Câmara Municipal não reunia desde 2020 e, também, a Comissão de Acompanhamento, gostaria de obter alguma informação sobre o que se vai passando, em que estado se encontra o processo de revisão e qual a perspetiva de apresentar novas propostas ou alterações aquilo que era conhecido, porque, segundo consta, estão consideradas bastantes alterações, que poderá ser bom, e assim o espera, mas gostaria de obter um ponto de situação. Questionou se o contrato celebrado com a equipa externa continuava em vigor ou se terminou. Disse, ainda, que foi abordado, na última Assembleia Municipal, que houve uma petição com 3.112 assinaturas que solicitou uma sessão extraordinária acerca do PDM e que, segundo a alínea c), n.º 1 do artigo 25.º do Regimento Municipal, são necessários 5% dos eleitores, assumindo que 24.761 eleitores eram os que estavam inscritos nas autárquicas de 2017, o número necessário seriam 1.238 pessoas, sendo que vai até um máximo de 2.500, pelo que os peticionários não abdicam da realização da Assembleia Municipal extraordinária, portanto, gostaria de saber informação sobre este tema para decidirem o modo a proceder.

Relativamente à informação acerca do lapso ocorrido no Jornal Municipal sobre os asfaltamentos, não iria classificar o esclarecimento enviado, a 02 de junho de 2021, pela Secretária do senhor Presidente da Câmara, mas gostaria de dar a oportunidade de poder ser esclarecido sobre este assunto, porque a informação enviada dizia que aquelas ruas estavam referenciadas para ser asfaltadas, no entanto, a Rua da Bela Vista, a Rua do Talefe, a Rua da Saudade e a Rua dos Rouxinóis não foram pedidas, nem em 2018 nem em 2020, nas duas listas que a Junta de Freguesia enviou para a Câmara Municipal. Considerando que nunca foram pedidas e que a Rua do Talefe foi asfaltada em 2015, perguntou qual a razão de estarem indicadas na lista para asfaltar. Referiu que não foi pela informação dos serviços que esta situação correu mal, deve ter existido outra razão, até porque, em 2018, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d' El-Rei solicitou uma listagem dos asfaltamentos efetuados no mandato anterior e nela constava a Rua do Talefe, assim como outras que foram asfaltadas no mandato anterior, e o facto dessa rua ter surgido no Jornal não teriam sido, com certeza, os serviços, que tinham a última atualização e que têm tudo o que a Junta de Freguesia envia, a fazer aquela lista. Acrescentou que gostaria de perceber qual era o objetivo da informação enviada.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Gostaria de cumprimentar, de forma especial, a senhora Deputada Maria João Avelar pela reflexão trazida que, em grande parte, se revia na mesma, e que deveria ajudá-los, em termos de futuro, a ter em conta a sua experiência e a sua sensibilidade, que já alguns no passado o fizeram, mas que se tem muita tendência a esquecer.

De acordo com a informação que dispõe, o que está estabelecido é continuar a intervenção na vila de Ferrel durante mais uns dias, ir colmatar um trabalho que foi iniciado, de forma errada, no Sol Village I, depois a equipa deslocar-se-á para Peniche para fazer um conjunto de intervenções em arruamentos que estão em mau estado, posteriormente, Coimbrã, que contará com o apoio da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, depois Casais Brancos, Bufarda, São Bernardino, Casais do Júlio, Consolação, Lugar da Estrada, Reinaldes, etc. Deu conta que solicitou a avaliação, estão referenciadas e pediu que programassem algumas dessas intervenções. Quanto à entrada Serra d'El-Rei - Casais de Mestre Mendo, seria intervencionada assim que possível.

Existem dois planos, Plano de Gestão Municipal do Pinhal de Vale Grande, que foi aprovado neste mandato, que está a ser cumprido escrupulosamente.

Relativamente aos sobrantos, estavam numa fase de transição, foi constituída uma equipa de intervenção, através de um protocolo celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche. Deu conta que foi efetuada uma candidatura para a equipa de Sapadores da Câmara Municipal de Peniche, que será suportada com apoios do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Referiu que, neste momento, os novos Sapadores da Câmara Municipal estão em formação e, consequentemente, em estágio, daí não estarem disponíveis, mas esperava, em breve, que voltem ao Pinhal. Relembrou que existiu uma equipa de Sapadores de três Municípios e o Município de Peniche pouco partido tirou da sua ação, infelizmente.

Em relação à lavagem de contentores, se houver algum contentor no concelho que não foi limpo nos últimos três meses, gostaria que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia dessem conhecimento para que se possa intervir. Referiu que, de acordo com a informação que dispunha, hoje iniciaria a segunda lavagem dos contentores de todo o circuito. Informou que aguardavam, desde 2018, a chegada de um carro de lavagem de contentores, de ruas e outras para o Município, que será entregue para a próxima semana e que irá reforçar o que já existe, porque têm que trabalhar para a excelência na limpeza. Aproveitou para enviar um abraço ao Encarregado Geral do Serviço de Higiene e Limpeza, Humberto Machado, que teve um problema de saúde, mas como todos sabem foi uma pessoa que durante muitos anos deu muito de si a este concelho.

Sobre a obra de alargamento do cemitério, repetiu que o cemitério de Ferrel é propriedade da Junta de Freguesia de Ferrel, e há um conjunto de propriedades que a Câmara Municipal investiu, neste mandato, mas uma delas não foi ainda escriturada. Indicou que iria fazer uma informação para disponibilizar à Câmara Municipal e ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel.

Foi informado que a equipa que acompanha o PDM entendeu que os dois contributos que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel exige não fazem parte do processo e não é a vontade do senhor Presidente da Junta de Freguesia que teria de imperar, apesar de poder contestar, e iria procurar que a mesma fosse enviada por escrito. Relativamente ao contrato com a equipa externa, referiu que atualmente não

existe contrato, a informação que tem é que poderia continuar a trabalhar com pessoas sem que haja remuneração. Indicou que têm estado a trabalhar no PDM e finalmente existe uma proposta da Câmara Municipal, uma vez que a proposta que existia, e que foi levada a público, nunca foi da Câmara Municipal. Expressou que esperava, muito em breve, enviar a proposta aos senhores Vereadores da Câmara Municipal para que possam estudá-la e, logo que haja condições, poderem tomar algumas decisões. Quanto à sessão extraordinária da Assembleia Municipal e à petição, não queria pronunciar-se, até porque parece que está tudo parado e que, há um ano, não se fazia nada, mas tem sido feito um grande esforço sobre o PDM, nomeadamente, relativamente à REN e RAN, havendo inclusive um cronograma registado com todos os passos dados. Esperava sinceramente que este processo terminasse, independentemente do tempo que irá levar a discutir as propostas que serão apresentadas, e que haja uma proposta final. Expressou que, após o processo estar terminado, obviamente, teriam que falar com o senhor Presidente da Assembleia Municipal para saber quais os passos seguintes e qual o cronograma e a forma de o fazer.

Em relação aos asfaltamentos, houve um erro assumido, foram trocados asfaltamento realizados pelos que não foram realizados, mas estão a tentar corrigir. Se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel diz que há outras ruas, solicitou que fosse feita uma lista das ruas alcatroadas, neste mandato, e as ruas que não foram alcatroadas, para que possam corrigir no próximo Jornal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Relativamente à estrada, havia qualquer coisa que estava mal, a planificação que apresentou, e não tinha que se imiscuir na mesma, quem tem que a fazer é o Presidente da Câmara e a Câmara Municipal, mas parecia-lhe que aquela planificação não passava pela Câmara Municipal. Disse, ainda, que, em relação a este assunto, iria mais longe, isto não era um problema da Câmara Municipal, era dos Serviços Municipalizados de Peniche que, por sua vez, são uma empresa da Câmara Municipal. Considera que não há nenhuma razão objetiva para a degradação daquela estrada, porque, dentro de um mês, qualquer cidadão que circule naquela via teria que passar em cima da nova pavimentadora da Câmara, porque aquilo não está em condições para ninguém, a estrada está cheia de buracos. Indicou que se tratava de uma via estruturante, porque apanha três freguesias, Serra d'El-Rei, Atouguia da Baleia e Ferrel, é por ali que passa muito do trânsito que vai para o Baleal, mas também é dali que vem muito trânsito para zona do Báltico, portanto, estão a falar de uma via que precisava de ser olhada de outra forma. Considera que ela pode e deve ser feita à margem daquilo que o senhor Presidente falou, da planificação que tem para as várias localidades.

Em relação à questão dos contentores, quando houvesse a primeira reunião do Pelouro das Freguesias, que ainda não se realizou neste mandato, levará este problema para dizer que há muito contentor por lavar. Expressou que há um outro problema, que poderia ser corrigido, porque cada vez que se lava um contentor deve ser colocado um autocolante com a data. Acrescentou que há ainda outro problema, a obrigação que têm é lavá-los cinco vezes por ano e num contexto de pandemia, como a que vivemos, a saúde pública é obviamente uma prioridade de todos.

Tem a listagem de todas as pavimentações feitas pela Coligação Democrática Unitária e algumas das ruas referenciadas foram feitas pela CDU e não pelo atual executivo.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Em relação ao Pinhal, não concordava que tenha sido feito um excelente trabalho, que não significa que não tenham trabalhado, até porque os Sapadores trabalharam muito, não conseguem é fazer o trabalho das máquinas. Por outro lado, o Pinhal está em transição há quatro anos, no entanto, reforçou que houve efetivamente uma equipa de Sapadores que se fartaram de trabalhar, mas deveria ter sido colocada uma empresa a fazer uma limpeza de fundo, como já referiu várias vezes.

Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, no centro de Ferrel, junto ao terreno da festa estão sete contentores, apenas são utilizados três, porque os outros quatro estão por trás e ninguém os utiliza. Referiu que, em 2019 e 2020, a Junta de Freguesia de Ferrel colocou por escrito que era importante colocar dois ou três contentores grandes, iguais aos que a Câmara Municipal colocou na cidade, e bem, e no ano passado foi dito que os mesmo iriam ser incluídos no orçamento de 2021, que não aconteceu. Expressou que os sete contentores estão imundos, mas, para além destes, estão dois em frente à Caixa de Crédito Agrícola que estão muito sujos.

O senhor Presidente da Câmara refere muitas vezes que o cemitério é da Junta de Freguesia, pelo que gostaria de saber se o cemitério de Atougua da Baleia também não é da Junta de Freguesia. Relativamente à escritura que falta, referiu que, em 2019, o senhor Presidente da Câmara perdeu sete meses, porque a Junta de Freguesia de Ferrel colocou por escrito que não tinha sido possível chegar a acordo com aquele proprietário e assumiu que a Câmara Municipal poderia avançar para a expropriação para desresponsabilizar a Câmara Municipal, mas apenas em outubro de 2019 é que o senhor Presidente da Câmara soube que a Junta de Freguesia tinha enviado aquele ofício.

Sobre a questão do PDM, nunca referiu que o processo estava parado, o que disse foi que tinha informação que estavam a ser feitas algumas alterações e gostaria de saber se poderiam ter acesso às mesmas. Perguntou se o site do Município era propriedade da equipa externa contratada e só vai para o site o que a equipa quiser, porque estão a falar de correspondência oficial, seja por email ou por ofício, e a questão é que, na reunião de 14 de agosto de 2021, a Junta de Freguesia disse que tomou a decisão de ter aquela reunião, porque a Câmara Municipal fechou o diálogo e este email comprova isso mesmo, por isso é que passaram seis meses e ele não foi ainda colocado para as pessoas o verem.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Gostaria de deixar uma palavra à senhora Deputada Maria João Avelar de agradecimento pela sua participação como autarca, ao longo dos vários anos, e que continuariam a contar com a sua intervenção nos próximos anos, fosse na Assembleia Municipal de Peniche ou em outros fóruns.

O cronograma da instalação do posto da Guarda Nacional Republicana continuava em falta, desde o ano passado.

Estão, também, em falta as informações que solicitou em março de 2021, nomeadamente, o ponto de situação da transferência de competências da Área Portuária.

Aproveitou para dizer que ficou preocupado com algumas declarações que o senhor Presidente da Câmara fez sobre esta matéria, pois afirmou que a Câmara Municipal iria reparar a Eclusa, que nunca funcionou, e, para além disso, consegue-se ver no fosso a acumulação de areia junto à mesma, ou seja, aquela obra irá envolver, mais do que a intervenção na Eclusa, uma intervenção de retirada de areias e não lhe parecia adequado ser o Município a receber a Área Portuária e ter, ainda, todos os encargos de reparação daquela zona, porque o que deveria ser um espelho de água utilizável para outras atividades e desenvolver turisticamente é, atualmente, uma zona abandonada e sem uma previsão de utilização.

Em relação à época balnear, que iniciou no dia 12 de junho de 2021, reparou que na praia do Baleal Sul, nos documentos afixados à entrada da praia são do ano passado, nomeadamente os editais da Capitania e, também, o Programa da Bandeira Azul que são do ano 2020, pelo que seria importante a sua atualização. Alertou o facto de existirem poucos pontos de colocação de lixo, nomeadamente, entre a Praia da Gamboa e a segunda escada da Praia de Peniche de Cima há apenas um depósito para o lixo.

O Centro de Ciência Viva de Peniche, que estava a ser desenvolvido entre o Município de Peniche e o Ministério da Ciência e o Ensino Superior, em meados de 2017, no anterior executivo, em que a intenção era instalar, em Peniche, um Centro idêntico. Perguntou como estava este processo. Alertou que o Plano de Recuperação e Resiliência previa apoios nesta área, que é uma oportunidade para Peniche, mas quem não tiver projetos prontos terá dificuldade em vê-los aprovados, porque este programa será muito rápido.

Sobre a recolha de resíduos sólidos urbanos, continuava a existir muito lixo na Avenida do Mar, nas manhãs de sábado e de domingo, e não é agradável passar naquela avenida e ver restos de lixo espalhados.

Enquanto membro da Assembleia Municipal, solicitou informações ao ACES Oeste Norte sobre o processo de vacinação a decorrer no Centro de Saúde de Peniche e foi informado que, em média, estão a ser vacinados 1070 utentes por semana e que, de facto, houve alguns problemas no agendamento e na triagem, no entanto, a situação parece estar mais controlada. No que diz respeito à inexistência de um centro de vacinação, também, questionou o ACES Oeste Norte e foi-lhe transmitido que era necessário instalar fibra ótica, que poderia demorar, e que os centro de vacinação têm a obrigatoriedade de ter cinco equipas de enfermagem, em simultâneo, e o Centro de Saúde de Peniche só tem três equipas de enfermagem, tendo em conta o espaço no Centro de Saúde, e que estaria pronto um protocolo com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) para a abertura de um possível centro de vacinação. Questionou por que razão o Município de Peniche não assumiu a instalação da fibra ótica e porque é que não assumiu a contratação dos enfermeiros em falta, mais duas equipas, atendendo que costuma fazer contratos de prestação de serviços para outras situações.

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse que:

Ficou muito sensibilizada pelas palavras da senhora Deputada Maria João Avelar. Referiu que teve a oportunidade de a assistir a dirigir e a presidir às sessões da Assembleia Municipal e de lhe transmitir como admirava a forma como o fazia na altura e, portanto, não quis deixar de agradecer pela sua reflexão e pelas suas palavras sábias que guardará para o futuro. Disse, ainda, que a senhora Deputada Maria João Avelar teve

sempre uma participação construtiva e, por tudo isto, merecia o seu respeito e consideração e sempre assim seria.

Não poderia deixar de saudar a iniciativa da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Peniche intitulada “*Vamos desmitificar a política*”. Daquilo que teve conhecimento, foi uma iniciativa aprovada no Conselho Municipal da Juventude, do qual o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche faz parte, felizmente, assim como assumiu, ainda, outros lugares nos diversos Órgãos Autárquicos. Indicou que estiveram diversas entidades presentes e, de facto, não formalizaram nenhum partido, mas participaram de forma legítima, até porque reconhecem a importância e a legitimidade de iniciativas desta natureza e, se o objetivo é aproximar a comunidade da autarquia, aproximar os jovens da cidadania e indo ao encontro da proposta do Partido Socialista relativamente à transmissão online no Facebook, como subscrevem e querem aproximar novos públicos à política e à cidadania claro que acederam ao convite e estiveram com todo o gosto na Escola Secundária de Peniche. Referiu que é de inteira justiça a participação do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, porque faz parte, quer gostem quer não gostem, da vida política deste concelho, e desmitificar a política também é informar que existem outras formas de participação cívica e política, e é também através de Grupos de Cidadãos, não tinha que ser apenas a partir de partidos políticos, e a senhora Deputada Maria João Avelar fala muito em democracia e participação cívica e, com toda a certeza, também ela subscreverá que será de todo o interesse para todos. Acrescentou que pretendem aproximar-se dos jovens, captá-los e chamar à atenção para a política, por que esta tem de ser exercida de uma forma honesta, séria, participada e com conhecimento de causa.

José Amador (CDU):

Disse que:

Na Assembleia Municipal de dezembro de 2020, na informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal mencionava a elaboração de um relatório de caracterização da população de etnia cigana residente no concelho de Peniche e, na altura, disse que gostaria de ter acesso ao mesmo, pelo que reforçava o pedido.

Ângelo Marques:

Disse que:

Reiterava as palavras do senhor Deputado Henrique Estrelinha relativamente à senhora Deputada Maria João Avelar, e deixou um singelo, até breve!

Em agosto de 2019, foi assinado um contrato local de segurança entre a Câmara Municipal e o Ministério da Administração Interna, no sentido de colocar em prática a cooperação institucional entre a Administração Central e o Município de Peniche, a interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais e à prevenção da delinquência juvenil. Gostaria de saber, passados que estão dois anos da assinatura do contrato local de segurança, quais as ações e medidas que foram desenvolvidas, no âmbito do referido contrato.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que gostaria de agradecer à senhora Deputada Maria João Avelar a intervenção cívica e autárquica, e a amizade entre pessoas com opiniões diferentes e, pessoalmente, tem muitas opiniões diferentes da senhora Deputada Maria João Avelar, mas reconhecia a sua qualidade de trabalho e de intervenção.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves:

Disse que terminaram o período de antes da ordem do dia com o cumprimento do tempo previsto no Regimento. Referiu que as respostas do senhor Presidente da Câmara serão feitas por escrito ou serão respondidas na próxima sessão da Assembleia Municipal.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

ARTUR CARVALHAL:

Gostaria de agradecer a oportunidade e a compreensão de todos, porque os assuntos que trazia eram antigos e estavam relacionados com a Guarda Nacional Republicana, a Barragem de São Domingos e a Rua Francisco Coutinho, em Atouguia da Baleia.

Sabia que a Guarda Nacional Republicana não tem condições para dizer que tem uma vida fácil para desempenhar a sua tarefa na Área da Segurança na vida rural e na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2020, falou neste problema, porque até à data, enquanto cidadão, não tinha qualquer informação. Indicou que tinha em sua posse o jornal Correio da Manhã que, em 30 de outubro de 2019, veio o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, dizer que *“Em 2020, a autarquia vai dar 555.000 euros para a construção do Posto da GNR, em Atouguia da Baleia”*. Passaram dois anos, pelo que gostaria de obter mais informação.

Em relação à Barragem de São Domingos, disse que a degradação e o abandono continuavam, o mau trato de quem utilizava, neste caso são os agricultores, porque nas áreas onde o terreno não é mexido não há esse problema, ele só existe nos locais onde o terreno é amanhado e lavrado, portanto, a estrutura da Barragem está a ser degradada e, atualmente, após a passagem da terra planadora, na sua opinião, ficou pior, ou seja, o terreno está bom, mas as regueiras, as condutas das águas, que vêm do terreno de quem o amanha. Referiu que não estava contra o agricultor, está contra a forma como o trabalho é elaborado e mal estruturado, porque a Barragem custou dinheiro e está a ser destruída. Expressou que não mandava em ninguém, mas a pedir, uma vez mais, que esta situação seja revista urgentemente.

Quanto à Rua Francisco Coutinho, disse que andavam com o cemitério às costas, que era ridículo nos dias de hoje, com o problema da saúde, com a pandemia, e com manias de quem está a presidir este tipo de obra, porque já falaram, já pediram, e nessa Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2020, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia propôs-se a reunir com a população e até hoje nada fez. Deu conta que esteve na Assembleia de Freguesia e voltou a perguntar ao senhor Presidente da Junta de Freguesia, Afonso Clara, que se negou a fazer qualquer reunião com as pessoas, e na Assembleia Municipal voltou a solicitar que fosse fornecido às pessoas o projeto para que ficassem a conhecê-lo. Disse, ainda, que o cemitério estava

a invadir a frente das casas, são 72 covas, uma área relativa, e a verdade é que a requalificação do espaço é bem vinda, o cemitério não, porque não irão resolver um problema, ele está a ser adiado, inclusive, estão a retirar valias às habitações que ali estão, nomeadamente no Largo do Capitão, no entanto, haverão outros terrenos para fazer o alargamento necessário. Referiu que irão decorrer novas eleições dentro de três meses, pelo que se deveria deixar este tema para um debate público, para que quem vier de novo se debruce sobre o problema e para a verdade, que tem que ver com a saúde pública, o cemitério é para depositar mortos, mas os vivos têm de ter uma vida digna em defesa paisagística, da saúde e do bem-estar da vila. Manifestou que para dar nome a uma rua tinha de ser aprovado em reunião de Câmara Municipal, numa situação destas, em termos de alargamento do cemitério, era apenas da responsabilidade da Junta de Freguesia, que tipo de desculpas são estas que tem dificuldade em perceber.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Uma vez que estão a cerca de 106 dias da realização das eleições, não iria pronunciar-se sobre as questões colocadas que, na sua opinião, são pertinentes e estão por resolver, e o mais importante é contribuir para a sua resolução. Agradeceu a intervenção do senhor Artur Carvalhal.

Ademar Marques (PSD):

Agradeceu ao senhor Artur Carvalhal a coerência que demonstra e a fidelidade em deslocar-se ao fórum próprio para colocar as suas questões, ainda que pudessem estar em desacordo em alguma delas. Referiu que a defesa que faz da Barragem de São Domingos apaixonada, há tantos anos, é digna de nota. Expressou que, de facto, sempre lamentou que a Barragem nunca mereça mais do que cem euros no Orçamento Municipal, porque aquele é um ativo importante por explorar que não pode estar esquecido, é preciso que ali surja um polo de dinamização do concelho de Peniche.

Adiantou que, naturalmente, o Partido Social Democrata terá estas preocupações em linha de conta nos seus programas.

Ângelo Marques (PS):

Agradeceu ao senhor Artur Carvalhal por ter reiterado estas questões, porque, de facto, tem colocado estas questões em várias sessões da Assembleia Municipal. Referiu que o Partido Socialista tinha em consideração estas observações e tem propostas concretas, relativamente às questões que foram colocadas e serão apresentadas, oportunamente, no programa eleitoral. Adiantou que as opiniões do Partido Socialista, sobre estas matérias, têm sido difundidas de várias formas e seria um pouco exaustivo estar agora a fazê-lo, pelo que aguardariam a resposta do senhor Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Entendia a persistência do senhor Artur Carvalhal.

Relativamente à Barragem de São Domingos, na sua opinião, estão todos de acordo, a questão é ter a oportunidade para fazer, e muito, e é isso que é necessário fazer acontecer. Referiu que estabelecera um conjunto de prioridades, que atacaram, e para a Barragem de São Domingos é preciso fazer um trabalho pedagógico, de prevenção e,

inclusive, estabelecer um Regulamento. Indicou que aquilo que se faz lá, todos os anos, é recorrente, foi feito agora, mesmo que se critique, foi colocada a niveladora e a retroescavadora para fazer a limpeza e a manutenção do caminho, no sentido de criar condições, pelo menos pedonais para as pessoas poderem circular, fazer atividade física, passear e desfrutar daquele espetáculo. Indicou que tem ideias precisas em relação àquilo, mas o primeiro trabalho teria de ser com os agricultores e encontrar alternativas.

Sobre a Guarda Nacional Republicana, a informação está feita e, até uma determinada altura, o cronograma está feito, com dezenas de procedimentos, em relação ao processo de loteamento. Indicou que o prazo para discussão pública sobre o loteamento terminou, será presente em reunião de Câmara, na segunda-feira, o processo foi entregue pelos serviços, para avaliação, à Conservatória do Registo Predial, e aguardam que sejam dadas orientações para fazer o contrato de urbanização e formalizar o processo de registo dos lotes e, posteriormente, a Câmara Municipal irá lançar o concurso da empreitada para as obras de urbanização. Relativamente ao que foi mencionado, sobre o que saiu no Correio da Manhã, que a Câmara iria dar sobre os quinhentos mil euros para construir o quartel, não corresponde à verdade, trata-se de uma verba que é do Orçamento do Estado. Deu conta que o processo está a andar, dentro de alguma normalidade, procurando que seja o mais breve possível.

Relativamente à Rua Dom Francisco Coutinho, a obra da rua iria ser feita, até porque existe um acordo de obra com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, a Câmara Municipal adquiriu, com a colaboração do senhor Presidente da Junta de Freguesia, as casas velhas que ali existiam, que foram demolidas, e será feito o lancil, o passeio e o asfaltamento. Por outro lado, existe um projeto que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia mandou elaborar externamente. Em relação à questão do alargamento do cemitério de Atouguia da Baleia para a Rua Dom Francisco Coutinho, não iria entrar no debate, porque a questão tinha que ver com a Junta de Freguesia e a forma como aquela entendia fazer a sua gestão, no entanto, se lhe perguntarem se lhe parecia mal fazer-se aquela obra, diria que nunca lhe pareceu mal, e se lhe perguntarem se a Junta de Freguesia, em conjunto com a Câmara Municipal, está a trabalhar há algum tempo, no sentido de se poder adquirir outros terrenos na envolvente do cemitério, diria que sim, tal como o fez com a Freguesia de Ferrel e como o fará se houver necessidade de alargamento de outros cemitérios do concelho de Peniche.

Não estavam adormecidos, nomeadamente em relação à Saúde, as coisas não são da responsabilidade da Câmara Municipal, e não é possível substituir o Estado em tudo o que pretendem, até porque não há orçamento.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2020:

A Assembleia passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Agradeceu à senhora Vereadora Ana Rita Petinga a forma como fez a sua intervenção, explicando aquilo que todos gostariam de ouvir.

Começou por dizer que o novo sistema de contabilidade é muito mais exigente e trabalhoso e, neste ano de transição, julga que os membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal têm que ter, de facto, a perspetiva que estão perante um sistema mais exigente, no entanto, considera um sistema que está melhor, que evoluiu bastante e que apresente as contas de uma forma mais objetiva. Agradeceu, também, aos trabalhadores do Município e à responsável pela Área Financeira, Vereadora Ana Rita Petinga, a forma como apresentou os dados e os que eles representam.

Contas são contas, e elas refletem as opções de quem gere o Município, que não são as da Coligação Democrática Unitária, e que, naturalmente, traduzem o que cada um entende que, no seu momento enquanto autarcas que lideram a Câmara Municipal, são as suas as melhores. Referiu que a Coligação Democrática Unitária, em relação a algumas delas não está de acordo e por isso ficava a posição crítica, relativamente às opções, que são respeitáveis.

Disse que, apesar de tudo, a senhora Vereadora Ana Rita Petinga omitiu uma coisa que deveria ter dito. Sendo verdade que a redução de receitas, deveria ter sido dito quanto é que o Município poupou pela não realização de um conjunto de eventos, e deu exemplo de alguns: a Feira do Mar, o Carnaval de Inverno e de Verão, a Mostra Internacional de Renda de Bilros, o Triatlo, a Corrida das Fogueiras e outros, e estavam a falar de muitos milhares de euros que a Câmara Municipal não teve necessidade de investir.

Relativamente ao resultado líquido, disse que era natural que aquele valor fosse significativo, pelas razões expostas, mas também por opções políticas que, obviamente, quem preside a Câmara Municipal tomou em determinado momento, desde o início do seu mando, e que depois se reflete nos diversos documentos de apresentação de contas.

Ademar Marques (PSD):

Disse que a prestação anual de contas da Câmara Municipal era, neste caso, a última prestação de contas como Presidente da Câmara e, portanto, crê que deveriam ir para além da prestação das contas financeiras, essas deveriam pressupor que estariam corretamente apresentadas, embora revelem uma situação financeira que está longe de ser brilhante. Salientou uma preocupação, hoje receberam um documento do Revisor Oficial de Contas que tem um parágrafo que lhe deixava alguma preocupação, que diz: «O Município de Peniche não registou em gastos do exercício o valor de 115.000 euros de depreciação de bens de ativo fixo tangível e consumos de água e saneamento no valor de 170.000

euros, no período de março a dezembro de 2020.», portanto, há faturas que estão por pagar no Município, e estas o Revisor sabia porque também audita as contas dos SMAS, e era um mau sinal haver contas de março a dezembro de 2020 que não estão referidas nas contas do Município. Indicou que esperava que aquilo não fosse um sinal de que existem outras contas por pagar e que não estão lançadas nas contas do Município.

Disse que também estavam no tempo da prestação de contas políticas, pelo senhor Presidente da Câmara, no fim do seu mandato, um mandato que começou sob o slogan da grande mudança e para terminar como um mandato da grande desilusão, que até os seus apoiantes de 2017 reconhecem que a grande mudança não aconteceu e apresentaram candidaturas autónomas, como acabou de fazer o Bloco de Esquerda. Expressou que, obviamente, para o senhor Presidente da Câmara não era novidade, porque também apoiou, durante doze anos, um partido e defendeu a gestão autárquica do senhor António José Correia com unhas e dentes, para acabar a dizer o pior possível daquela gestão, como se nunca tivesse visto ou ouvido nada do que era feito e dos erros que eram apontados na Assembleia Municipal. Disse, ainda, que era caso para dizer que a culpa não é da oposição, outro dos slogans preferidos do senhor Presidente da Câmara, nem dos malvados membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, até porque, afinal os que estiveram ao seu lado reconhecem que o seu mandato foi uma desilusão.

Indicou que o senhor Presidente da Câmara acusava muitas vezes a oposição por querer apenas prejudicá-lo e isso, na sua opinião, demonstra o seu apego à politiquice, mas também um bocadinho de má fé, porque o senhor Presidente sabe que teve todos os seus orçamentos aprovados e se os teve aprovados foi porque a oposição, os diferentes grupos, o votaram, porque o senhor Presidente não tem maioria, teve o dinheiro que pediu com as dezenas e dezenas alterações orçamentais que fez e, portanto, se teve o dinheiro distribuído como quis, se teve os funcionários a mais que achou necessários, se até disse que a situação financeira, que recebeu da Câmara Municipal anterior, era boa e mesmo assim não conseguiu concretizar a mudança que prometeu, isto lavava-o a crer que o problema estava realmente na sua incapacidade de planear, de gerir e de concretizar.

Acrescentou que isto não significava que tivesse feito tudo mal, naturalmente, há sempre coisas positivas e, pessoalmente, deu-lhe os parabéns por algumas dessa iniciativas, uma delas foi o livro que distribuíram, no Natal, às crianças, mas será que fazia sentido distribuir não um, não dois, não três, não quatro, mas cinco livros no mesmo ano, num espaço de seis meses, será que a linguagem daqueles livros era a adequada para crianças, será que não deveria ter sido equacionado se a prioridade era gastar dinheiro em cinco livros, em vez de resolver faltas de material crónicas que há nas diferentes escolas, em que se pede dinheiro aos pais, no início do ano, para comprar material. Disse, ainda, que se fez coisas bem, era obvio que teria de se acertar em alguma coisa, e fez coisas bem, mas no essencial o senhor Presidente falhou, e falhou por falta de método, por falta de capacidade de trabalhar em equipa, porque a Câmara Municipal é um barco que exige mestria.

Deu exemplo do que é essencial: PDM, ao fim de quatro anos o PDM está por discutir e por aprovar. Ele já ia atrasado em 2017 e agora está atrasadíssimo, e toda a ajuda que lhe quiseram dar para acelerar o processo, foi tudo preterido, e o senhor Presidente continua a não acreditar que era mesmo para ajudar, porque não quer ajudar, acha que pode fazer tudo sozinho; Regulamentos Municipais, quase todos precisam de

revisão para melhorar procedimentos e para resolver problemas. Em 2017, já havia uma pessoa a receber, mensalmente, uma avença para fazer a revisão desses regulamentos, ou seja, a pessoa esteve quatro anos a receber mensalmente 1.500 euros e à Assembleia Municipal não foi um único regulamento para aprovar; Concessões Municipais, ao fim de quatro anos não se resolveu uma única das situações das concessões municipais, para as quais já alertavam no mandato anterior. Deixou-se fechar mais duas concessões, a Nau dos Corvos e a Loja do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche. No ano passado, a Berlenga ficou sem restaurante, e a Câmara Municipal fez concursos para algumas daquelas concessões que ficaram desertos; Relação com os municípios, esta relação piorou substancialmente, e não são apenas os que ficam sem resposta, são aqueles que a Câmara Municipal atrapalha com novas regras, em vez de ajudar a resolver problemas. Os horários de atendimento foram reduzidos e é cada vez mais difícil resolver problemas, até o *no paper*, que era suposto permitir a entrega de processos sem papel, as pessoas são notificadas para que entreguem os processos em papel, ou seja, é tempo e trabalho em duplicado.

Adiantou que não colocava em causa a boa vontade do senhor Presidente, ao contrário do que muitas vezes fazia, em relação aos membros da Câmara e da Assembleia Municipal, mas coloca em causa a sua capacidade e fazia-o com a legitimidade de quem foi eleito para fiscalizar a sua ação, esse escrutínio era uma parte essencial da democracia.

Expressou que o balanço e o balancete do mandato do senhor Presidente da Câmara não é apenas uma desilusão, é um balanço penalizador para o futuro, na sua opinião, a árvore não deu frutos e está apenas a consumir os recursos da nossa terra.

Crê que são cada vez mais os que percebem que isto é assim, por isso ainda bem que há eleições e que as pessoas terão a oportunidade para escolher um novo rumo.

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse que, efetivamente, a relação entre faturas era apenas entre o Município e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, não há mais nada com outros fornecedores.

Deu conta que no parecer consolidado do Revisor Oficial de Contas refere que as contas do Município tinham uma reserva, de alguns milhões, com o Município da Lourinhã. Deu os parabéns e agradeceu ao senhor Presidente da Câmara por ter conseguido negociar bem, assim como a todas as pessoas que estiveram envolvidas neste processo, e por ter evitado que se tivesse de pagar alguns milhões à Câmara Municipal da Lourinhã e pagar apenas 240.000 euros e ficámos sem uma reserva nas contas do Município.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que a sua competência o povo, seja ou não enganado, há-de decidir se a reconhece. Referiu que, na sua opinião, há pessoas que nunca vão perceber o que se passou nesta Câmara Municipal, durante estes quatro anos, nem o que acontecia antes, aliás, percebem, porque em alguns aspetos ficam muito incomodados com um conjunto de mudanças que estão a acontecer e que são de um esforço muito grande de pessoas boas que a Câmara tem e técnicos esforçados. Expressou que, logicamente, gostaria que o número de pessoas esforçadas e dedicadas para prestar serviços nesta Câmara fosse maior e, naturalmente, o culpado seria sempre ele próprio e os méritos eram sempre dos

outros. Adiantou que não o preocupava muito ser questionado, em termos da sua capacidade, porque ela foi demonstrada durante muitos anos.

Em relação ao exercício deste mandato, disse que gostaria muito que se fizesse história, que se fizessem as avaliações de todos os mandatos, nomeadamente na situação financeira, e não era por causa da Covid-19, era a situação financeira das opções e do que têm estado a preparar.

Há pouco referiu-se que era estratégia, mas vão ver quem vai apresentar a melhor estratégia novamente, porque ouviu falar em programas, que também tem e tem também a sua capacidade de análise. Referiu que a estratégia maior e a capacidade que terá de se ter em relação ao futuro, que não era só o Presidente, era muito a estrutura desta casa, ou então terá de se contratar, é ter a capacidade para ter uma carteira, e neste momento existem várias coisas em carteira, porque existia zero, e agora têm um projeto de execução, que tem sido muito exigente, da Marginal Norte, que não é uma obracinha, é uma obra que vai mudar este concelho e esperava, ainda, conseguir colocá-lo neste quadro comunitário, assim como a Zona Industrial de Vale do Grou, que era um sonho de há muitos anos, mas que foi concretizado, sim, para não ser muito destabilizado, foi várias vezes a reunião de Câmara, e a primeira unidade operativa está aí e só não será concretizada se não for aprovada a candidatura, e outros projetos que têm sido levados à Câmara Municipal numa perspetiva de futuro.

Expressou que têm tido azares, que os criticam por estar a fazer um conjunto de obras, mas são meses, anos, à espera, e estiveram à espera, muitos meses, de uma declaração do Ministério das Finanças, mesmo a falar com o Diretor Geral e a pedir ao senhor Secretário de Estado para ela ser entregue, para tratarem daquilo que é um património do Estado, as Muralhas.

Em relação à oposição, não poderia dizer que teve uma colaboração excelente, aliás, iria focar, mais uma vez, meia dúzia de situações que são muito incómodas para os interesses do concelho e alguns deles são números.

Se estava à espera de uma oposição unida neste mandato, não, visibilizaram os documentos, sim, aliás, não fizeram mais do aquilo que sempre defendeu, que os documentos são para viabilizar e quem está na Câmara deve governar, independentemente de estar em maioria ou em minoria, e não deveria estar a ser persistentemente, semana a semana, massacrado como foi durante este mandato.

Disse que os senhores eram uns iluminados, sabiam tudo, tinham provas dadas, tudo bem, terão de convencer o eleitorado, mas com verdade, não procurem comprar toda a gente, nem prometam a toda a gente, porque depois não podem cumprir, e esse é um problema que todos têm, é um problema da Câmara, não será deste ou daquele, e isso não faz para ser simpático.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, isso de comprar toda a gente, estaria uma longa conversa, porque sabiam o que o senhor Presidente andou a dizer aos seus apoiantes na última campanha, sabiam que prometeu lugares na Câmara Municipal e sabiam também o que fez, há inclusive, listas a circular de pessoas que iam na lista do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche e que estão nas listas das avenças do Município.

Referiu que a verdade é realmente importante, mas é importante que seja verdade, não bastava chamar-lhe verdade, e o senhor Presidente da Câmara tem, cronicamente, dificuldade com aquilo a que chama verdade, e depois vai-se ver e não é

bem verdade, como já viram no passado em várias Assembleias. Ainda bem que o senhor Presidente negociou com a Câmara Municipal da Lourinhã, ainda bem que avançou para o Vale do Grou, depois da questão de os armazéns ter sido chumbada, ainda bem que a questão dos armazéns, que era a mais grave ilegalidade que veio a esta Assembleia Municipal, nos doze anos em que ali está, foi chumbada, e esperava que os eleitores vissem com os seus olhos o que foi a grande desilusão e que vejam as alternativas.

Expressou que é importante que a democracia funcione, e se as pessoas optarem pela continuação daquilo que é a falta de resultados, depois não se poderão queixar, mas isso é a democracia, e por isso achava que as pessoas, perante a falta de resultados que é tão evidente para toda a gente, poderão agora ter a oportunidade de mudar, a verdadeira mudança.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Esperava que, daqui a quatro meses e meio, quando houver a transição, ou deste Presidente para o mesmo Presidente ou deste Presidente para a sua colega Clara Abrantes, que o senhor Presidente pudesse chegar perto da senhora Clara Abrantes e dizer-lhe que tinha 1,8 milhões de euros no banco que é aquilo que a Coligação Democrática Unitária deixou há quatro anos atrás, quando saíram da Câmara.

Referiu que não assistia às reuniões de Câmara, porque não fazia sentido, quem deve assistir às reuniões online é o povo, que não é eleito, para ter uma ideia do que são as reuniões, mas ouve comentários.

Disse, ainda, que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche não tinha nenhuma razão de queixa da oposição, poderia dizer que em determinados aspetos, sobre coisas que considerava importantes, a oposição não esteve ao seu lado, que é normal, isso é democracia, mas do que viu e leu as votações foram quase todas aprovadas pelos sete membros da Câmara Municipal e, na sua opinião, não era justo justificar o que não foi feito com a oposição, poderiam ser justificadas por dificuldades várias.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que se o Ministério das Finanças demora meses a responder, é caso para dizer que, se o senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche fosse Ministro das Finanças seriam cinquenta anos para o fazer.

Deliberação n.º 23/2021: Submetidos os Documentos de Prestação de Contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2020, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Vinte (20) - dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8) e pelo Partido Socialista (4).

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Quatro (4) - dos eleitos da Coligação Democrática Unitária.

Os originais dos Documentos de Prestação de Contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2020, ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. (Doc. 11)

3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2020:

A Assembleia passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que a Coligação Democrática Unitária e todas as pessoas que fizeram parte do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento teve a possibilidade de ter uma situação de equilíbrio muito grande e o valor que ficou nos cofres dos SMAS, na ordem dos 4,8 milhões de euros tem sido, obviamente, aproveitado para investimentos, outra coisa não seria de esperar, e desde logo a ETAR de Peniche foi a grande beneficiada.

Chamou à atenção que sobre a obra na Estrada Nacional 114, que o senhor Presidente da Câmara fala sistematicamente, esperava que não estivessem a contar iniciar a mesma no período de verão, porque se for juntam a população e cortam a estrada. Referiu que aquela estrada é muito importante para a Serra d'El-Rei, mas não façam conta de a fazer no verão, porque há mais de um ano e meio que não têm qualquer informação sobre o projeto.

Sobre as taxas que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento aplicam ou que poderão vir a aplicar, disse que deveria haver sempre equilíbrio, entre aquilo que é necessário para o investimento e a realidade das pessoas e, na sua opinião, o valor que se paga hoje pela água no concelho é um valor bastante elevado, mais, o valor que se paga relativamente ao saneamento também começava a ser muito significativo, portanto, devem ser feitas contas, encontrar equilíbrios, mas que estes não sejam à conta do agravamento dos custos para as pessoas.

Deliberação n.º 24/2021: Submetidos os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, relativos à gerência de 2020, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Vinte (20) – dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), do Partido Social Democrata (8), do Partido Socialista (4) e da Coligação Democrática Unitária (4).

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Quatro (4) – dos eleitos da Coligação Democrática Unitária.

Os originais dos Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche, relativos à gerência de 2020, ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. (Doc. 12)

4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO ANO DE 2020:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vereadora Ana Rita Petinga que fez uma breve apresentação.

Deliberação n.º 25/2021: Submetidos os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Público Municipal de Peniche, que abrange o Município de Peniche e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche, relativas ao ano de 2020, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Quatro (4) – dos eleitos da Coligação Democrática Unitária.

Votos a favor: Vinte (20) - dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), do Partido Social Democrata (8) e do Partido Socialista (4).

Os originais dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Público Municipal de Peniche do exercício de 2020 ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. (Doc. 13)

5) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA, AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2021 (MODIFICAÇÃO 10):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vereadora Ana Rita Petinga que fez uma breve apresentação.

Deliberação n.º 26/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção da senhora Deputada Inês Fitas Cação, eleita pela Coligação Democrática Unitária (1), aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2021 (Modificação 10).

Os originais dos documentos agora aprovados ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. (Doc. 14)

6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE PARA O ANO DE 2021:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação.

Deliberação n.º 27/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2021. (Doc. 15)

7) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PAGAMENTO DO SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE (ARTIGO 24 DA LOE/2021, APROVADO PELA LEI N.º 75-B/2020, DE 30 DE DEZEMBRO):

A Assembleia passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Ademar Marques (PSD):

Manifestou que estes funcionários ganham muito mal e tudo aquilo que pudesse ser feito para melhorar as suas vidas deveria ser feito e, portanto, num trabalho que, precisamente nesta pandemia, perceberam quão essencial era, é de elementar justiça que se fizesse esta correção, porque é inteiramente merecido que sejam mais bem remunerados.

Mariana Rocha (CDU):

Disse que gostaria de se congratular com este subsídio que será atribuído aos trabalhadores, há muito tempo que eles mereciam este suplemento, tal como o senhor Deputado Ademar Marques referiu, por terem um salário muito baixo para as tarefas que desempenham.

Referiu que este suplemento foi contemplado no Orçamento de Estado, com uma proposta da Coligação Democrática Unitária, que foi aceite, aqui, lamentava que a Câmara Municipal não tenha condições e que a Lei não permita ir mais longe do que vai, porque num conjunto de trabalhadores que exercem tarefas na Câmara Municipal, ainda há alguns que também têm algum risco e alguma penosidade, e o que avaliaram é que esses trabalhadores ainda ficaram de fora.

Esperava que os Sindicatos continuassem, junto dos trabalhadores a mobilizá-los para as reivindicações e que possa vir a ser atribuído.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Enalteceu o Governo do Partido Socialista por ter atribuído este suplemento aos trabalhadores, numa altura em que tem feito um constante aumento do Salário Mínimo Nacional, ao longo dos anos, e agradecer, principalmente na pessoa do senhor Ministro das Finanças, que em bom tempo autorizou esta verba.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que se deveria agradecer ao partido que teve a iniciativa, o Partido Comunista Português, e, como devem imaginar, quando vão para a negociação com o Governo sabem que vão defender os trabalhadores.

Disse que, também, na Assembleia Municipal, o Grupo da Coligação Democrática Unitária apresentou uma proposta, no sentido de haver uma sensibilização para esta questão, portanto, hoje é um dia de redobrada alegria para o Grupo da Coligação Democrática Unitária nesta Assembleia Municipal, porque o seu partido portou-se muito bem na negociação com o Governo, por isso temos orçamento e o tal aumento do Salário Mínimo Nacional, que não foi coisa do acaso, foi uma negociação dura, e só haverá aumento salarial para as pessoas, agora e nos próximos três anos, porque a capacidade de negociação do Partido Comunista Português é notável como se pode notar nesta proposta em apreço.

Deliberação n.º 28/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, ao abrigo do artigo 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, conjugada com o n.º 6 do artigo 159.º da LTFP, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar a atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, nos seguinte termos:

- Aos trabalhadores da carreira geral de assistente operacional, sujeitos à sobrecarga funcional, que potencia o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde, bem como aos trabalhadores que venham a ser recrutados em 2021, no âmbito dos procedimentos concursais a decorrer, conforme indicação no Mapa de Pessoal;

- O suplemento de Penosidade e Insalubridade seja pago aos trabalhadores, correspondente aos níveis baixo, médio ou alto, respetivamente, com os valores diários de 3,36€, 4,09€ e 4,99€, em tantos dias quantos aqueles que forem efetivamente prestados pelos trabalhadores naquelas condições, mediante o correspondente reporte mensal à Divisão de Administração e Finanças/Secção de Recursos Humanos, relativamente ao mês anterior;

- Em função das necessidades do serviço sejam apurados os níveis de risco diários a atribuir a cada trabalhador, nos termos do número anterior;

- No ano de 2021 seja aprovado e autorizado o valor dos encargos com os suplementos remuneratórios de penosidade e insalubridade, no montante de 125.027,24€, sujeito a alteração orçamental em caso de necessidade;

- O suplemento seja devido a partir do dia seguinte à deliberação de aprovação da Assembleia Municipal, aplicando-se retroativamente a 01 de janeiro de 2021 aos casos em que seja possível apurar os dias e as funções que foram efetivamente desempenhadas, mediante reporte à Divisão de Administração e Finanças/Secção de Recursos Humanos.

(Doc. 16)

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL, PARA A FREGUESIA DE PENICHE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação.

Deliberação n.º 29/2021: Considerando a deliberação da Câmara Municipal n.º 534/2021, de 07 de junho de 2021, e submetida a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar os termos da transferência das competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para a Freguesia de Peniche. (Doc. 17)

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A APROVAÇÃO DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PENICHE E O GRUPO DESPORTIVO DE PENICHE, PARA APOIO FINANCEIRO NA COLOCAÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO, BANCADAS, ILUMINAÇÃO E CONTENTOR WC:

A Assembleia passou à apreciação do nono ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que o apoio ao Grupo Desportivo de Peniche sempre foi consensual, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, seja ele qual for e, relativamente à situação financeira do Grupo Desportivo de Peniche, as várias medidas que têm sido tomadas, em conjunto, têm proporcionado essa boa situação, mas não considera adequada esta solução.

Referiu que mencionado há pouco pelo senhor Presidente da Câmara que aquele relvado sintético não tinha, em termos regulamentares, a dimensão que deveria para aprática de vários jogos oficiais, mas aquele relvado sintético não foi criado para jogos oficiais, o objetivo foi proporcionar a prática desportiva no Parque Urbano.

Indicou que, na sua opinião, esta proposta tem forte probabilidade de não obter o visto do Tribunal de Contas, porque ela pode ser olhada como uma solução encontrada pelo Município de Peniche para evitar a ida a concurso desta obra, e o que deveria ser feito, era tudo fazer para que, de facto, o Grupo Desportivo de Peniche tivesse condições para as práticas desportivas, que deveria passar pela Câmara Municipal assumir aquela obra, pagá-la e, depois, estabelecer um protocolo de 20 ou 25 anos. Temia que a Assembleia Municipal ao aprovar a proposta volte para trás e que não haja visto do Tribunal de Contas e, entretanto, não resolveram o problema do Grupo Desportivo de Peniche.

Acrescentou que a questão era, sem duvida nenhuma, pertinente e, uma vez que estão na Assembleia Municipal três dos partidos que irão continuar no próximo mandato, porque não assumirem a necessidade de fazer aquela obra por administração da Câmara Municipal, recorrendo ao financiamento necessário, e da parte da Coligação Democrática Unitária estão disponíveis para aprovar esse mesmo financiamento, executar a obra e, posteriormente, avançar com um protocolo de utilização daquele equipamento público.

Disse que concordava com o senhor presidente da Câmara quando referiu que o campo de jogos da Serra d'El-Rei é aquele que reúne um conjunto de requisitos e que tem grande potencialidade, mas, em novembro de 2017, na primeira reunião que tiveram propuseram à Câmara Municipal que fosse feita uma avaliação do campo de jogos da Serrana e que a Câmara Municipal encontrasse uma solução financeira para fazer a colocação do relvado sintético no campo de jogos da Serrana. Recordou que o senhor Presidente da Câmara disse que não, porque não tinha condições para avançar naquele momento, e na Assembleia Municipal, em 2017, 2018, 2019 e 2020, voltou a insistir, porque sempre que discutiam o orçamento colocava a questão e nunca conseguiu perceber que não se tenha encontrado uma solução. Expressou que, atualmente, um relvado sintético para um campo de futebol poderia ter valores interessantes, até porque o campo de jogos da Serrana já tem um conjunto de infraestruturas feitas, cujo o valor baixo, de forma significativa, a instalação de um relvado sintético, e por isso, esperava que não só a questão do Grupo Desportivo de Peniche, mas também a situação concreta do campo de jogos da Serrana tivesse sido tratada a tempo.

Desafiou o senhor Presidente da Câmara a retirar a proposta que apresentou à Assembleia Municipal e a assumir que a Câmara Municipal iria fazer aquela obra e fazer um protocolo de utilização daquele espaço com o Grupo Desportivo de Peniche, porque este merece, de facto, ter outras condições que não tem, hoje, para a sua prática desportiva e para a área da formação.

Ademar Marques (PSD):

Disse que esta questão foi amplamente debatida na Câmara Municipal, e era evidente que estavam todos de acordo, de que era preciso resolver o problema ao Grupo Desportivo de Peniche, mas temia que se estivesse, de facto, a perder tempo, ou seja, estão dispostos a aprovar esta proposta, mas acham que corria um real risco de esbarrar no Tribunal de Contas, e lamentam que isso possa acontecer, não significando que não se possa resolver.

Referiu que, se o senhor Presidente da Câmara entender que esta é a melhor proposta, iriam viabilizá-la, mas têm receio que não estejam a contribuir para a resolução do problema, talvez outra solução pudesse ser mais rápida.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que o Partido Socialista corroborava com o que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, e pelo senhor Deputado Ademar Marques. Indicou que estão de acordo com o facto de se encontrar outra solução e não a que está proposta que, para além de os fazer perder tempo, poderia chumbar no Tribunal de Contas.

Relembrou que a Junta de Freguesia de Ferrel reuniu no dia 08 de novembro de 2017, quando apresentaram as Grandes Opções do Plano, e também tinha o relvado sintético para Ferrel, um processo que se arrasta há um ano e três meses, mas que nas

últimas duas semanas sofreu bons desenvolvimentos, pelo que gostaria de fazer referência ao senhor Chefe de Gabinete, Dr. Rui Vargas, à senhora Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Paula Lavado, com quem reuniu e parece-lhe que as coisas estão muito bem encaminhadas.

Lamentou que tenham referido, apenas, os campos de futebol da Serra d'El-Rei e de São Bernardino, que legitimamente devem ser considerados, mas há quase três anos que a Junta de Freguesia de Ferrel tem entrado em contacto com a Fundação do INATEL e, legitimamente, deveria ser considerado e pensado o relvado sintético para a Freguesia de Ferrel e, quem sabe, poderia ser encontrada uma solução global para o concelho, uma vez que vai haver despesa, e seria uma boa oportunidade.

Carlos Policarpo (GCEPP):

Relativamente à questão do Grupo Desportivo de Peniche, disse que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche estava de acordo com a proposta apresentada pela Câmara Municipal e se, eventualmente, o senhor Presidente da Câmara entender que existe uma via mais célere para resolver este assunto, iriam estar de acordo.

Referiu que tinha a esperança de que o senhor Presidente da Câmara seria, também, o Presidente da Câmara Municipal no próximo mandato e, em quatro anos, os serviços municipais fariam, com certeza, um desenho de uma possível cidade desportiva na antiga zona da Fonte Boa, uma coisa que se fala em Peniche há cerca de quarenta anos.

Deu conta que, segundo soube hoje, o Grupo Desportivo de Peniche não tem possibilidades de concorrer a fundos comunitários, porque o estádio não existe, logo, é necessário dar-lhe uma existência legal.

Ângelo Marques (PS):

Disse que iria fazer a sua intervenção sem utilizar o seu slogan de campanha, sem fazer megaprojetos a apontar para um futuro que virá, irá fazer uma intervenção relativamente a este caso em concreto.

Referiu que todas as intervenções que o antecederam foram intervenções responsáveis, porque, em abono da verdade, todos tinham a noção que esta questão poderia não passar no Tribunal de Contas, aliás, tem a convicção que o senhor Presidente da Câmara acredita que poderá passar, mas também tem algumas dúvidas.

Expressou que a posição do Partido Socialista era muito simples, se o senhor Presidente da Câmara acatar algumas sugestões, retirar a proposta e voltar a discuti-la na Câmara Municipal, e poderia ser mais avisado relativamente à questão do Tribunal de Contas, ficaria esta questão do seu lado, se o senhor Presidente da Câmara apresentar a proposta como ela está, tendo tido unanimidade na Câmara Municipal de Peniche e sendo daquelas questões que terão influência no mandato que se segue, o Partido Socialista votará favoravelmente a proposta.

Ademar Marque (PSD):

Disse que a questão da Fonte Boa está no atual Plano Diretor Municipal e se o senhor Deputado Carlos Policarpo for verificar as propostas que o Partido Social Democrata fez, no âmbito do PDM, irá encontrar a defesa de que ali é que deveria encontrar um parque desportivo, e no anterior programa que esteve em consulta tinha desaparecido o parque desportivo, mas o Partido Social Democrata defende que lá continue.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Começou por responder ao senhor Deputado Ademar Marques, dizendo que não existe nenhuma decisão relativamente a isso, pelo contrário, se os senhores Vereadores da Câmara Municipal estiverem recordados, quando discutiram a zona da Fonte Boa, o técnico externo defendia a redução do espaço, e ele próprio disse que teriam de o alargar, aliás, sempre entendeu e até procurou, no mandato passado, que se permutasse alguns terrenos com esse propósito. Indicou que estava completamente convencido que iriam ter ali o melhor parque desportivo no nosso concelho, mas irá levar algum tempo e ficará, com certeza, consagrado no Plano Diretor Municipal, nem precisavam da proposta do Partido Social Democrata, apesar de serem sempre bem-vindas.

Expressou que, na sua opinião, o Presidente da Câmara não poderia retirar a proposta, porque ela é da Câmara Municipal.

Ademar Marques (PSD):

Disse que uma coisa é a proposta ser da Câmara Municipal, mas quem a remete para a Assembleia Municipal é o Presidente da Câmara, não seria a Câmara Municipal que decidia retirá-la, mas se não a quisesse retirar, votava-se.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que era impensável retirar a proposta, aliás, o Presidente da Câmara fez uma proposta, o ano passado, talvez em julho, para um empréstimo no valor de 200.000 euros para fazer o campo sintético, que não foi aprovada pela maioria da Câmara Municipal e se podia compreender, quando apresentou a proposta para um milhão para fazer asfalto, e gostaria que tivesse havido debate e que pudessem ter encontrado outra solução, mas há coisas que vêm por bem, pois decidiu acelerar a aquisição dos equipamentos que faltavam.

Expressou que não estava convencido de que o processo chegue ao Tribunal de Contas e que seja rejeitado, acredita que irão fazer perguntas, como em todos os processos.

Em relação a esta situação, disse que, logicamente havia o interesse de acelerar os prazos, apesar de achar que já deveria estar feito, este e todos, aliás, costuma pensar que estavam à sua espera para legalizar tudo e, hoje, já o poderia dizer, o Pavilhão do Stella Maris não tinha licença de utilização e aquilo que o senhor Deputado Carlos Policarpo referiu, porque foi tornado público hoje, tem que ver com o facto de o projeto não condizer com o que inicialmente foi apresentado, nem tem licença de utilização. Acrescentou que se conseguisse fazer todos os projetos, eles estariam feitos, mas não conseguiram, nem conseguiram desenvolver os procedimentos para contratar fora tudo aquilo que desejava.

Disse que estava de acordo que a proposta fosse votada e que a Câmara Municipal tenha de fazer este investimento, assim como terá de fazer outros, um pouco por todo o concelho, onde se justifique, naturalmente, onde existam razões fundamentadas, e se lhe perguntassem se estava de acordo que a Câmara Municipal suportasse o financiamento de um campo sintético onde não existe prática de futebol, diria que não, se passasse a existir, diria que sim, se conseguiam fazer todos, não. Adiantou que, independentemente de ser Presidente da Câmara Municipal, este concelho vai dar uma grande volta nos próximos anos, porque o sentia.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, em relação ao empréstimo de 200.000 euros, que o senhor Presidente da Câmara diz ter sido rejeitado, ele não foi rejeitado, foi pedido que fosse reformulado, e o senhor Presidente da Câmara demorou um ano a apresentar uma nova proposta. Acrescentou que a proposta não contemplava, nem balneários, nem resguardos, logo, se agora são 800.000 euros, na altura os 200.000 euros não seriam suficientes.

Adiantou que estavam de acordo, no essencial, é preciso resolver a situação e aquilo que pedem é que sejam céleres nos esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Tribunal de Contas, se for esta a propostas, até porque o Partido Social Democrata votou a favor na Câmara Municipal e irá votar a favor na Assembleia Municipal, querem é ver resolvido o problema.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que reconhecia que o senhor Presidente da Câmara sabia de obras, mas o que estava em causa era uma obra de 200.000 euros ou uma obra de 890.000 euros, que não é a mesma coisa. Referiu que, independentemente disso, continuava a achar que a Câmara Municipal deveria assumir esta obra, pagá-la do seu orçamento, recorrer à banca naquilo que for necessário e iriam poupar dinheiro. Indicou que o Tribunal de Conta vai pedir as atas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e vai ler o que todos estão a dizer e vai perceber que, quer se queira quer não, estão a tentar evitar os procedimentos. Chamou à atenção de todos que as Associações têm a mesma obrigação nos procedimentos concursais que tem uma Câmara Municipal, portanto, não há ganhos em termos de avanço de concurso, até porque ele tem o valor que tem, e obviamente estão a falar de uma coisa que irá levar tempo.

Relativamente ao Stella Maris de Peniche e o Grupo Desportivo de Peniche, disse que, quer uma quer outra, não eram do tempo da Presidência da Coligação Democrática Unitária e, em relação ao Stela Maris, recordou que este era um problema do mandato de um ex-colega que já faleceu, senhor João Augusto Barradas, e sabia que quando se soube que não havia projeto, a primeira coisa que se fez foi tentar regularizar a situação, porque muitas vezes existem coisas que nem projeto têm.

Referiu que o campo do Grupo Desportivo de Peniche, na altura, foi construído pelo próprio GDP para obter apoios à sua construção, pelo que questionou se não foi passada uma declaração em como o terreno era do Grupo Desportivo de Peniche? Para se obter fundos para uma obra era preciso ter um documento de posse, aliás, era inevitável. Disse, ainda, que todos sabiam como é o movimento associativo, as dificuldades que têm, as necessidades de ajuda, e às vezes não se consegue dar resposta a tantas necessidades que têm no seu dia-a-dia, nomeadamente, quando se coloca o problema das infraestruturas desportivas.

Em suma, disse que o Município de Peniche tinha, no Parque Urbano, uma área muito grande que dava para dezassete relvados, evidentemente, com os seus recursos, a partir dali fazia um protocolo com o Grupo Desportivo de Peniche e se fosse necessário fazia um com o Peniche Amigos Clube e com o futebol amador.

Relativamente à zona da Fonte Boa, continuava a achar que era uma situação vital, o próximo executivo seja presidido por quem for, olhar para aquele campo e dotá-lo de condições, porque as pessoas que praticam, hoje em menor número de grupos

desportivos, precisam de condições de excelência, também, para a prática do futebol amador.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Referiu que já todos mostraram estar de acordo. Questionou se quando houve o empréstimo dos 200.000 euros havia projeto?

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Respondeu que não era preciso haver projeto.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Conforma disse o senhor Presidente da Câmara, não havia projeto e, de acordo com o que foi dito pelo senhor Deputado Ademar Marques, se eram 200.000 euros e agora são 800.000 euros, alguma coisa tem diferente.

Expressou que, se o Presidente da Junta tivesse condições para o fazer, poderia propor para retirar a proposta e fazer aquilo que todos estão de acordo, ficando ele próprio com o ónus.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que, de acordo com o Regimento, a proposta não poderia ser retirada, ela tem de ser votada, se for reprovada, a Câmara Municipal fará o que entender.

Deliberação n.º 30/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, nos termos e para efeitos do previsto na alínea c do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, por maioria, com dezasseis (16) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (5) e pelo Partido Socialista (4), e oito (8) abstenção, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (4), da senhora Deputada Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1) e dos senhores Deputados Célia Sousa Martins, Nuno Carlos Alvelos Nico e Paulo Alexandre Simões Ernesto, eleitos pelo Partido Social Democrata (3), aprovar:

- A atribuição de um apoio financeiro, no valor de 819.824,50€, para colocação de relvado sintético, bancadas, iluminação e contentor WC, a pagar durante 20 anos;

- O Protocolo de colaboração entre o Município de Peniche e o Grupo Desportivo de Peniche, para apoio financeiro na colocação de relvado sintético, bancadas, iluminação e contentor WC; e

- Autorização para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos e para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. (Doc. 18)

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU), fez a seguinte declaração de voto:

«Primeiro, a Coligação Democrática Unitária reafirma na sua declaração de voto o conteúdo da sua intervenção acerca deste ponto.

Ponto 1: Entendíamos e entendemos que a melhor solução de apoiar o Grupo Desportivo de Peniche era a Câmara Municipal fazer a obra diretamente.

Ponto 2: Temos dúvidas que o Tribunal de Contas, relativamente a este processo, não o devolva definitivamente.

Ponto 3: Estamos perante uma situação de tomar uma decisão tão importante a cerca de 96 dias das eleições autárquicas de 2021.»

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 31/2021: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e quarenta minutos do dia dezoito de junho, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de junho, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
